



Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657

Demonstrações Financeiras 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas: A Administração da Ecovias Leste Paulista, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensagem da Administração: Sempre atenta às necessidades operacionais e à segurança viária, a Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, em 27 de abril de 2009, constituiu em "Companhia" constituída em 27 de abril de 2009, concessionária que administra o conjunto de pistas de rolamento do corredor rodoviário Ayrton Senna e Carvalho Pinto, atua com foco na qualidade e na eficiência dos serviços prestados, fruto de um planejamento estratégico, preciso e rigoroso desenvolvido pelo grupo EcoRodovias. Ao longo de mais de dez anos de administração, a concessionária alcançou resultados expressivos com a implementação de uma série de melhorias no corredor rodoviário. Dentre elas, destacamos a construção da sexta faixa de rolamento da rodovia Ayrton Senna, no sentido do interior, entre o km 11 e o km 19, concluída em 2015. A nova configuração proporcionou o aumento da capacidade de tráfego e reduziu mais a fluidez e conforto aos motoristas que têm como destino, principalmente, o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Destacamos também, com objetivo de proporcionar maior mobilidade e acesso ao litoral norte paulista, à região do vale do Paraíba e ao estado do Rio de Janeiro, a implantação do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto, que permitiu acesso direto para a rodovia Oswaldo Cruz (SP-125). Ainda, como referência no setor de rodovias, o corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto foi eleito em 2019 o 3º melhor do país, de acordo com a pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) sobre Rodovias. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecovias Leste Paulista agradece a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 110.851 mil em 2025, aumento de 3,9% em relação a 2024. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 2,0% devido às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados. O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 7,5% devido ao crescimento da produção industrial e incremento da movimentação no Porto de São Sebastião.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS: **RECEITA BRUTA:** A receita bruta totalizou R\$765,4 milhões em 2025, aumento de 7,3% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao aumento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio e ao maior volume de obras contratuais no período (receita de construção). As deduções sobre a receita bruta somaram R\$53,1 milhões, 10,2% inferior a 2024. **Receita de Pedágio:** R\$597,9 milhões em 2025, aumento de 8,8% devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio. **Receita Acessória:** R\$25,5 milhões em 2025, redução de 25,5%, devido a regularização de acordo de contrato de fidejussão entre a Ecovias Leste Paulista e empresa de Telecom no exercício de 2024. **Receita de Construção:** R\$147,0 milhões em 2025, aumento de R\$10,9 milhões em relação ao ano anterior, devido ao maior volume de obras contratuais no período. Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **RECEITA LÍQUIDA:** A receita líquida atingiu R\$712,3 milhões em

2025. Excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada totalizou R\$565,3 milhões, aumento de 9,2% em relação a 2024. **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$379,2 milhões em 2025 (+2,7%) devido, principalmente, ao aumento da base de ativos (depreciação e amortização) e maior volume de obras contratuais no período (custo de construção de obras), parcialmente compensados pela revisão dos cronogramas da provisão para manutenções futuras da Companhia. **Desconsiderado o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caíram para R\$139,0 milhões, redução de 1,8% em relação a 2024.** Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 22 da Demonstração Financeira da Companhia. **EBITDA E MARGEM EBITDA:** Em 2025, o EBITDA totalizou R\$419,9 milhões. O EBITDA Ajustado, excluindo provisão para manutenção, totalizou R\$426,4 milhões, aumento 13,2% em relação a 2024 e margem EBITDA Ajustada de 75,4% (+2,7 p.p.). **RESULTADO FINANCEIRO:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$149,9 milhões, redução de 2,7% em relação ao ano anterior impactado, principalmente, pela redução da variação monetária sobre debêntures. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 23 da Demonstração Financeira. **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:** 2025 a Ecovias Leste Paulista apresentou lucro líquido de R\$130,5 milhões, aumento de 37,6% em relação ao resultado de 2024. **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDEVIDAMENTO:** A Ecovias Leste Paulista encerrou o exercício de 2025 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no valor de R\$114,0 milhões e a dívida bruta (composta por debêntures) de R\$1.253,5 milhões. A dívida líquida encerrou o trimestre em R\$1.139,5 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 2,7x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **INVESTIMENTOS:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$165,6 milhões em 2025. Os principais investimentos realizados foram em reabilitação de pavimentos, desapropriações e faixas adicionais. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri. Em conformidade com as disposições da Lei nº 15.177/2025, são apresentados a **proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia; e II - a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia:**

Nível Hierárquico	2025				2024			
	Qtdde.	(%)	Qtdde.	(%)	Qtdde.	(%)	Qtdde.	(%)
Executivos	1	50%	1	50%	1	50%	1	50%
Média Gestão	3	30%	7	70%	2	25%	6	75%
Administrativo	16	59%	11	41%	15	56%	12	44%
Operacional	322	53%	67	17%	327	83%	69	17%
Total	342	80%	86	20%	345	80%	88	20%

Notas: (1) **Executivos:** Diretor Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes, Consultores e Superintendentes. (2) **Média Gestão:** Coordenadores, Supervisores e Especialistas. (3) **Administrativos:** Cargos Administrativos, Engenheiros, Advogados, Aprendizes e Estagiários. (4) **Operacional:** Operacional, Técnicos e Liderança Operacional.

III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:

Nível Hierárquico	Proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração média anual dos homens por nível hierárquico	
	2025	2024
Executivos	1,13	1,04
Média Gestão	0,92	1,12
Administrativo	0,75	0,73
Operacional	0,62	0,74

Notas: (1) Níveis hierárquicos englobam os cargos descritos no item I e II (2) A remuneração apresentada contempla o total anual, incluindo remuneração fixa e variável; (3) A análise considera os valores médios por nível hierárquico; (4) As proporções observadas refletem a distribuição atual do quadro de colaboradores entre áreas, níveis hierárquicos e funções, podendo haver variações decorrentes da estrutura interna de cargos; (5) A companhia adota políticas de remuneração baseadas em desempenho, complexidade do cargo, nível de responsabilidade e critérios objetivos de elegibilidade. Dessa forma, diferenças de proporcão podem ocorrer em função da diversidade de cargos existentes em cada nível hierárquico, não representando disparidade salarial para funções equivalentes.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES: Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços no exercício de 2025: (i) Serviços relacionados à auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); (i.b) Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity); (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: (i.a) Consultoria de benefícios fiscais da Lei do Bem da Companhia. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa, estão de acordo com a Política de Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não caracterizam conflito de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários pagos no exercício de 2025 totalizaram R\$134,6 mil e o valor dos honorários não relacionados à auditoria externa perferam R\$5,0 mil, representando 3,7% do total de honorários pagos. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** A Diretoria da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Itaquaquecetuba - SP, 17 de março de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025		31/12/2024	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.710	37.634		
Aplicações financeiras	6	40.127	14.213		
Aplicações financeiras - conta reserva	7	54.141	45.299		
Clientes	8	40.837	37.519		
Tributos a recuperar		4.526	1.054		
Despesas antecipadas		764	583		
Partes relacionadas	15	37.998	20.228		
Outros créditos		19.921	18.585		
Total do ativo circulante		198.103	156.577		
Ativo Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	9	38.772	39.171		
		38.772	39.171		
Imobilizado	10	19.921	18.585		
Intangível	11	1.698.094	1.625.783		
Total do ativo não circulante		1.756.787	1.683.539		
Total do ativo		1.954.890	1.840.116		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R\$)

Saldo em 1º de janeiro de 2024	Nota explicativa	Capital social		Reserva de Capital		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subscrito	Plano de opção com base em ações	Legal	Orçamento de Capital	Reserva de lucros - legal	Reserva de lucros - orçamento de capital		
Saldo em 1º de janeiro de 2024		287.665	486	24.703	114.591	-	-	-	427.445
Dividendos pagos		-	-	-	(4.701)	-	-	-	(4.701)
Redução de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	94.820	94.820
Destinação do lucro:									
Dividendos intermediários pagos	20.4	-	-	-	-	-	(21.420)	(21.420)	-
Reserva legal	20.4	-	-	4.741	-	-	(4.741)	-	-
Juros sobre capital próprio deliberados	20.4	-	-	-	-	-	(21.570)	(21.570)	-
Constituição de reserva - orçamento de capital	20.4	-	-	-	47.089	-	(47.089)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		287.665	486	29.444	156.979	-	-	-	474.574
Dividendos pagos	20.3	-	-	-	(8.133)	-	-	-	(8.133)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	130.515	130.515
Destinação do lucro:									
Reserva legal	20.4	-	-	6.526	-	-	(6.526)	-	-
Dividendos intermediários pagos	20.4	-	-	-	-	-	(19.944)	(19.944)	-
Juros sobre capital próprio deliberados	20.4	-	-	-	-	-	(27.482)	(27.482)	-
Constituição de reserva - orçamento de capital	20.4	-	-	-	76.563	-	(76.563)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		287.665	486.000	35.970	225.409	-	-	-	549.530

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecovias Leste Paulista" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 27 de abril de 2009, e tem por objeto social realizar, sob regime de concessão, a exploração, mediante a percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do Contrato de Concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificação, instalações e equipamentos necessários. O Contrato de Concessão, com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, assinado em 17 de junho de 2009, possui prazo final em 21 de outubro de 2042. As demais informações sobre o Contrato de Concessão estão descritas na Nota 18.1. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Bairro Rio Abaixo, no município de Itaquaquecetuba - SP. As ações da Companhia são de titularidade da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte. A Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. 1.1 Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em inglês): O Grupo EcoRodovias adota práticas voltadas à integração dos temas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) à gestão de seus negócios. Em 2024, o Conselho de Administração aprovou sua Agenda ESG 2030, que consolida diretrizes e compromissos do Grupo em 10 vias da Sustentabilidade, abrangendo, entre outros temas, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, biodiversidade, segurança náutica e ocupacional, direitos humanos e governança ética empresarial. Os compromissos possuem horizontes temporais até 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, que inclusive fazem parte da bonificação de todos os colaboradores, incluindo a alta liderança. No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano-base de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo mantém um plano de descarbonização, revisado periodicamente, que abrange diferentes projetos e ações estruturadas em quatro pilares: combustíveis de baixo carbono, elevação da eficiência energética renovável e eficiência de processos e engajamento de fornecedores. Em 2025 o Grupo deu continuidade aos estudos de transição energética, com foco na análise de soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis com a implementação de um projeto piloto para o uso do biodiesel B-100 na frota pesada. Além disso, como medida para redução das nossas emissões, substituímos dez quinchos operacionais movidos a combustão por modelos elétricos. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e neutraliza suas emissões de escopo 2 através da compra de IRECs (certificados de energia renovável). Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse contexto, o Grupo EcoRodovias realizou estudos de vulnerabilidade climática, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (horizontes de 2030 e 2050). Esses estudos são periodicamente revisados de modo a incorporar novas concessões, atualizar cenários climáticos e aprimorar a metodologia adotada. O estudo revisado em 2025 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do Grupo. Os resultados desse trabalho são incluídos na metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários. 1.2 Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repositivo ("IVA dual") em duas competências, uma Federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o IPI, o ICMS e o IPT, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor da IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

Ecovias Leste Paulista: Em 15 de outubro de 2025, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo "DOESP", que o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo "ARTESP" aprovou, em 14 de outubro de 2025, à minuta e autorizou a celebração do Termo Aditivo Modificativo nº 3/2025 "TAM nº 3/2025" ao Contrato de Concessão N°006/ARTESP/2009 da Companhia, que tem por objetivo viabilizar o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, por meio da extensão do prazo de vigência da concessão em 40 meses e 4 dias, com encerramento em 21 de outubro de 2042. O referido aditivo foi assinado em 17 de outubro de 2025. O reequilíbrio econômico-financeiro considerou os investimentos não previstos no Contrato de Concessão e já realizados pela Concessionária, nas obras do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto. **Pagamento de dívida:** Os principais pagamentos de dívida estão destacados abaixo. Para mais informações vide Nota 13.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base em valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. 2.3 Aprovação das demonstrações financeiras: Em 16 de março de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. 3.1 Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida no data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida no data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente são sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "receita de juros" (Nota 23). **Ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que não são reconhecidos e mensurados ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir significativamente o contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de seus instrumentos, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que não são reconhecidos e mensurados ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir significativamente o contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de seus instrumentos, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que não são reconhecidos e mensurados ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir significativamente o contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de seus instrumentos, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que não são reconhecidos e mensurados ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir significativamente o contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de seus instrumentos, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que não são reconhecidos e mensurados ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir significativamente o contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de seus instrumentos, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que não são reconhecidos e mensurados ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir significativamente o contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de seus instrumentos, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que não são reconhecidos e mensurados ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir significativamente o contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de seus instrumentos, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que não são reconhecidos e mensurados ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir significativamente o contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de seus instrumentos, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que não são reconhecidos e mensurados ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir significativamente o contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de seus instrumentos, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo financeiro. **Classificação dos**

... continuação CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS - CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657

Descrição dos contratos de debêntures vigentes:

Ref.	Tipo e Pagamento Formas de Juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Reputação
(a)	(i) Semestral	Semestral a partir de 2024	Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios	Não
(b)	(ii) Semestral	Semestral a partir de 2030	Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios	Não

(i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública. Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2025		31/12/2024		Total
	Parcela	Custo	Parcela	Custo	
2025.....	-	-	53.193 (6.889)	46.304 (6.353)	99.497
2026.....	-	-	70.924 (6.353)	64.571 (5.499)	135.495
2027.....	74.021 (6.353)	67.668 (4.431)	119.051 (5.499)	109.554 (4.431)	360.285
2028.....	124.249 (5.499)	118.750 (4.431)	113.985 (2.891)	109.554 (4.431)	466.489
2029.....	124.250 (3.414)	120.836 (2.891)	121.585 (2.891)	118.694 (2.891)	587.576
2030.....	762.151 (7.951)	754.201 (5.060)	608.681 (5.060)	603.621 (5.060)	2.728.634
Posteriores a 2030.....	1.203.633 (27.648)	1.175.986 (27.648)	1.206.471 (27.648)	1.171.934 (27.648)	5.766.102

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício.....	1.233.528	1.184.068
Encargos financeiros (Nota 23).....	159.857	163.680
Pagamento de principal.....	(38.232)	(17.700)
Pagamento de juros.....	(101.619)	(96.520)
Saldo no fim do exercício.....	1.253.534	1.233.528

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"), que serão medidos ao longo do contrato, sendo que a primeira medição será realizada com base na Demonstração Financeira da Companhia, de 31 de dezembro de 2026. Os covenants não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pre-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) distração dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos. O contrato de debênture da Companhia possui cláusula restritiva de "cross default" que estabelece a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não existe evento de vencimento antecipado de dívida relacionado

15. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Montantes envolvidos					Outras Informações						
			Data início	Data final	Total a realizar	Saldo ativo	Saldo passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual	
a)	EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. CBB Ind. E Com de Asfalto e Engenh. Ltda.	Controladora	01/01/2025	31/03/2026	64.923	7.791	-	1.750	Em até 45 dias	27.977	25.150	4.005	N/A	Devedor
b)	JB Transportadora Betumes Ltda.	Outras Partes Relacionadas	15/12/2020	31/03/2025	89.289	11.309	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	2.475	Devedor
c)	Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	26 Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
d)	Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	610 Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
e)	EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	356 Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
Total em 31 de dezembro de 2025						-	-	-	-	27.977	25.150	6.480	-	-
Total em 31 de dezembro de 2024						47	5.240	-	-	33.172	18.640	26.697	-	-

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., é controladora direta da Companhia, e presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. (b) A CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda., e a JB Transportadora de Betumes Ltda., são controladas direta e indiretamente pelo Senhor Cesar Beltrão de Almeida e pela Senhora Cristiane Maria Bonetto de Almeida sua cônjuge, pertencentes ao Grupo CR Almeida que em conjunto com Denise Beltrão de Almeida, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, possuem em conjunto 8,20% de participação minoritária, direta e indireta do Grupo EcoRodovias. O objeto dos contratos com a CBB e JB é de Torneamento e transporte de material asfáltico. (c) Transferência de funcionários entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2025, tratando-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades. (d) Repasse de despesas entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2025, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 em R\$1.691.851.475 em 31 de dezembro de 2024) considerando os encargos sociais. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2026, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração propôs aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para R\$2.301 o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração (fixa/variável).....	1.154	960
Remuneração com base em ações (Phantom Stock Options/Restricted Stock)....	556	(76)
Outros.....	-	-
Seguro de vida.....	3	2
Assistência saúde.....	77	67
Previdência privada.....	60	34
FGTS.....	99	40
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (Phantom Stock Options - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS).....	352	139
	2.301	1.167

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	31/12/2024	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2025
Constituição da provisão para manutenção.....	221.730	9.403	-	-	231.133
Efeito do valor presente sobre constituição.....	(52.393)	(2.940)	-	-	(55.333)
Realização da manutenção.....	(184.409)	-	(10.319)	-	(194.728)
Ajuste a valor presente - realizações.....	47.322	-	-	3.060	50.382
	32.250	6.463	(10.319)	3.060	31.454
Circulante.....	11.238	-	-	-	10.949
Não circulante.....	21.012	-	-	-	20.505

	31/12/2023	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2024
Constituição da provisão para manutenção.....	200.053	21.677	-	-	221.730
Efeito do valor presente sobre constituição.....	(49.465)	(2.928)	-	-	(52.393)
Realização da manutenção.....	(161.311)	-	(23.098)	-	(184.409)
Ajuste a valor presente - realizações.....	44.197	-	-	3.125	47.322
	33.474	18.749	(23.098)	3.125	32.250
Circulante.....	12.410	-	-	-	11.238
Não circulante.....	21.064	-	-	-	21.012

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS

	31/12/2024	Pagamento	31/12/2025
Constituição da provisão para construção de obras.....	9.376	-	9.376
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(3.970)	-	(3.970)
Realização da construção.....	(6.927)	-	(6.927)
Ajuste a valor presente - realizações.....	3.966	-	3.966
Atualização monetária.....	3.771	-	3.771
	6.216	-	6.216
Não circulante.....	6.216	-	6.216

	31/12/2023	Pagamento	31/12/2024
Constituição da provisão para construção de obras.....	9.376	-	9.376
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(3.970)	-	(3.970)
Realização da construção.....	(6.927)	-	(6.927)
Ajuste a valor presente - realizações.....	3.966	-	3.966
Atualização monetária.....	3.771	-	3.771
	6.216	-	6.216
Não circulante.....	6.216	-	6.216

18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2025	31/12/2024
Parcelas variáveis.....	1.684	799
Saldo no início do exercício.....	799	862
Custo (Nota 22).....	12.500	8.655
Pagamento do principal.....	(11.615)	(8.718)
Saldo no final do exercício.....	1.684	799

18.1. Informações do Contrato de Concessão: **Contratante:** Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. **Data da assinatura:** 17 de junho de 2009. **Valor da outorga:** R\$618.704 subdividido em 1 parcela à vista de 20% e o saldo em 18 parcelas fixas mensais, reajustadas pela variação do IPC-A. **Objeto da Concessão:** Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão, compreendendo: (i) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho no km 11+190, no final da Marginal Tietê, São Paulo; final do trecho no km 130+400, no entroncamento com a BR 116 km 117+400, Taubaté; (ii) SP-019: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-070, km 19+300, Guarulhos; final do trecho do km 2+400, no início do Sítio do Aeroporto de Cubicma, Guarulhos; (iii) SP-179/060 - Interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a BR 116, km 179+000, Guararema; final do trecho no km 5+400, no entroncamento com a SP-070, km 60+300, Guararema; (iv) SP-039/056 - Interligação Itaquaquecetuba: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-056, km 35+000, Itaquaquecetuba; final do trecho no km 0+880, no entroncamento com a SP-070, km 35+700, Itaquaquecetuba; (v) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho no km 4+500, São José dos Campos; final do trecho no km 11+500, São José dos Campos; (vi) SP-070, prolongamento até a SP-125, Taubaté; (vii) segmentos transversais, trevos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovia Ayrton Senna e Rodovia Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103). O contrato foi contabilizado como ativo intangível. **Índice de reajuste:** IPC-A. **Data de reajuste:** 1º de julho de cada ano. **Prazo de vigência:** 21 de outubro de 2042. A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais. Em 17 de outubro de 2025, a Companhia, assinou o Termo Aditivo Modificativo nº 03/2025, "TAM nº 03/2025" ao Contrato de Concessão N°006/ARTESP/2009, que tinha por objetivo viabilizar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, por meio da extensão do prazo de vigência da concessão em 40 meses e 4 dias, com encerramento em 21 de outubro de 2042. O equilíbrio econômico-financeiro considerou os investimentos não previstos no Contrato de Concessão e já realizados pela Concessionária, nas obras do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto, **Casso de extinção:** Conforme cláusula 35 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; e (e) falência ou extinção da Companhia. **Reversão dos Bens:** Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou para ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita e o custo de construção totalizaram R\$147.022 (R\$136.142 em 31 dezembro 2024), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme descrito na Nota 16 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada no Anexo II do Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2025, para

a esta cláusula restritiva. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série - 3ª emissão.....	10/04/2023	472.000	(22.008)	449.992	7,55% a.a.	12,20%
2ª série - 3ª emissão.....	10/04/2023	708.000	(33.014)	674.986	8,15% a.a.	12,86%
		1.180.000	(55.022)	1.124.978		

14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento:	10.323	10.368
Circulante.....	5.417	3.643
Não circulante.....	4.906	6.725

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício.....	10.368	4.220
Adições (Nota 11.d).....	5.078	10.443
Baixas.....	1.255	(1.160)
Encargos financeiros (Nota 23).....	1.187	(1.187)
Pagamento de principal.....	(5.123)	(4.135)
Pagamento de juros.....	(1.255)	(1.187)
Saldo no fim do exercício.....	10.323	10.368

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	31/12/2025	31/12/2024
1 ano.....	9,41%	9,33%
2 anos.....	9,63%	9,34%
3 anos.....	9,62%	9,62%
4 anos.....	9,62%	9,62%
5 anos.....	-	9,62%

Vencimento das prestações

	31/12/2025	31/12/2024
Menos de 1 ano.....	6.151	4.174
Entre 1 e 2 anos.....	3.238	3.310
Entre 2 e 5 anos.....	2.146	4.621
Total valores não descontados.....	11.535	12.105
Total juros embutidos.....	(1.212)	(1.737)
	10.323	10.368

cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações anuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. As informações abaixo tratam-se de estimativas e serão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia à medida de sua realização.

	31/12/2025	31/12/2024
Previsão até o fim da concessão	31/12/2025	31/12/2024
Natureza dos custos.....	-	-
Melhorias na infraestrutura.....	40.665	39.014
Conservação especial (manutenção).....	242.704	340.897
Equipamentos.....	292.457	300.452
Total.....	575.826	680.363

Seguros Contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2025, as naturezas apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Ampliação.....	31/12/2026	Fator	57.954
Seguro Garantia - Operações.....	31/12/2026	Fator	158.373
			216.327

19. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

19.1. Causas prováveis: Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro de 2025.....	16.680	17.986
(+/-) Complemento (reversão) de provisão.....	(239)	47
(-) Pagamentos/baixas.....	(4.454)	(1.155)
(+) Atualização monetária.....	645	108
Saldo em 31 de dezembro de 2025.....	12.632	13.042

(a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a multas administrativas, processos envolvendo desapropriações e pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. As principais baixas no exercício de 2025, decorreram do posicionamento adotado pela ARTESP quanto ao interesse da Concessionária na quitação não litigiosa dos processos sancionatórios e judiciais. (b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde principalmente a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações trabalhistas de terceiros com condenação subsidiária, não existindo processos de valor individual relevante. 19.2. Causas possíveis: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em outros processos cíveis, trabalhistas e tributários envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como possíveis, portanto, sem constituição de provisão, conforme demonstrado abaixo, não existindo processos de valor individual relevante.

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis.....	74.782	79.889
Trabalhistas (a).....	4.917	3.277
Tributárias.....	6.588	6.147
	86.287	89.313

(a) Trabalhistas: As principais movimentações do período referem-se a reclamações trabalhistas, em sua maioria demandas ajustadas e ainda pendentes de decisão de mérito. Essas contingências foram classificadas como de

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Nota 3.6 e 21)	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 11)	Entre outros procedimentos, efetuamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação complementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador
CRC 1SP168728/O-4

